

Solução rápida para a dívida

por Celso Pinto de Paris

O Brasil está disposto a concluir rapidamente a negociação sobre o pagamento de atrasados com os bancos credores desde que, em troca, os bancos aceitem definir "parâmetros para uma renegociação global futura". O principal deles seria fixar quanto o Brasil pagaria nos próximos três a cinco anos, disse ontem o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris.

Não se quer chegar, necessariamente, a números precisos. Basta que os bancos indiquem suas pretensões e que elas não fujam muito do que o Brasil tem em mente. "Seria uma pré-negociação", definiu. "Um reconhecimento de terreno e de posições recíprocas."

Na prática, mesmo que o acordo sobre os atrasados seja fechado imediatamente, precisa ser ratificado por bancos que representem pelo menos 95% da dívida. Este processo, calcula Eris, só estaria terminado em dezembro. Até lá, imagina o governo, seria possível ter chegado a este exercício de aproximação global de números.

Eris disse que os números que seriam usados para definir o que o País pagaria nos próximos anos estão abertos à negociação. O próprio prazo, aliás, também seria negociável: poderia ser fixado um parâmetro "para os próximos dois, três, quatro ou cinco anos". Os números contidos na primeira proposta poderiam servir de base para o Brasil, mas não seriam definitivos. Para 1991, por exemplo, segundo a primeira proposta, o Brasil poderia pagar, no total, cerca de US\$ 8,5 bilhões (US\$ 2,8 bilhões em juros aos bancos privados).

O presidente do Banco Central confirmou os termos da proposta feita ao comitê dos bancos credores, em Nova York, para os atrasados. O Brasil aceitaria pagar 15% dos juros devidos até dezembro deste ano, cerca de US\$ 900 milhões, e 25% dos juros que vencerão entre janeiro e

(Continua na página 22)

A proposta de pagar 15% dos juros atrasados da dívida externa é compatível com a capacidade de pagamento do País, disse a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ontem em São Paulo. "Se não estivéssemos preparados para pagar (os 15%) não teríamos feito a proposta", afirmou, acrescentando que "o processo de negociação é um processo de ajuste entre as partes".

Solução rápida para a dívida

por Celso Pinto de Paris

(Continuação da 1ª página) março do próximo ano. A diferença seria refinanciada através de bônus de quinze anos de prazo, cinco anos de carência e taxas de juro crescentes. A taxa de juro inicial seria de mercado: Libor (juros básicos interbancários de Londres) mais 0,8125%. No total seria algo em torno de 9%. Até o início da noite de ontem, Eris não sabia a reação oficial dos bancos à proposta.

Ele esteve ontem, em Paris, com o presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet, durante cerca de uma hora, e com o presidente do Banco da França, Jacques de Larosière, também perto de uma hora. Relatou à ambos a proposta de negociação brasileira aos bancos privados e discutiu a economia brasileira.

O Brasil já havia apresentado ao Clube de Paris, informalmente, uma proposta de renegociação da dívida oficial. Existe uma forte concentração de vencimentos nos próximos dois anos: quase US\$ 5 bilhões em 1991 e mais de US\$ 4 bilhões em 1992. A partir daí, a média anual cai para algo entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2 bilhões. A proposta brasileira prevê um amplo refi-

nanciamento dos vencimentos de curto prazo.

Ontem foi o primeiro encontro de uma autoridade brasileira com o Clube de Paris depois de apresentada, informalmente, esta proposta. Eris disse que Trichet não quis se posicionar oficialmente sobre a proposta feita pelo Brasil. "Deu a entender que a negociação (com o Clube de Paris) dependerá das circunstâncias que enfrentar na ocasião, explicou Eris. "Senti que há receptividade (à proposta brasileira), mas sem compromisso."

O resultado da negociação com o Clube de Paris é vital para definir o montante de recursos que o País terá disponível para negociar o pagamento dos bancos privados. No entanto, a negociação com o Clube de Paris só poderá ser feita depois de fechado o acordo com o FMI, que, por sua vez, exige antes a definição da questão dos atrasados com os bancos privados.

Eris considera, contudo, que a negociação com o Clube de Paris, ainda que difícil, é mais previsível do que a dos bancos. "Com o Clube de Paris pelo menos nós sabemos em que campo jogamos bola", compara. "No caso dos bancos, não sabemos sequer se o jogo será no Maracanã ou em outro lugar."

O pedido brasileiro ao Clube de Paris é inédito pela dimensão, mas os parâmetros de operação são mais conhecidos. A rigor, a negociação só deverá deslanchar no ano que vem, mas, como lembrou Eris, conforme o andamento do acordo com os bancos e o FMI ela poderá até vir a ser iniciada ainda neste ano.

Tanto a conversa com Trichet quanto a com De Larosière tiveram mais um caráter genérico de explicação da posição brasileira do que um sentido prático de negociação. Eris acha que a proposta brasileira para a dívida é perfeitamente negociável pelos bancos, mas admite que talvez o Brasil não tenha explicado como devia suas razões quando apresentou a primeira proposta. "A reação contrária à primeira proposta foi maior do que nós merecíamos", disse Eris a este jornal. "Acho que mais por uma questão de estilo do que de substância."

Ele está convencido de que o importante é saber exatamente quanto o Brasil terá que desembolsar para pagar a seus credores externos nos próximos anos e ter certeza de que este montante é compatível com um programa de estabilização. Ter, em outros

termos, um acordo duradouro, que possa ser honrado.

Acertado o ponto central, ou seja, "a questão dos dólares e dos centavos", todos os outros pontos são secundários. Se os bancos quiserem concentrar a maior parte do que receberão em pagamento de atrasados, não há qualquer problema, desde que não implique desembolso maior do que o fixado.

De outro lado, na negociação, o Brasil está disposto a colocar na mesa todos os pontos relevantes para definir este montante, da política fiscal à questão das reservas. Nada é inegociável, mas espera-se que o resultado final seja compatível com o que o governo considera razoável para atravessar o período crítico dos próximos dois a três anos. O Brasil, segundo Eris, aceita inclusive redistribuir a conta do futuro de outra forma, desde que tenha esta "janela" para estabilizar a economia no futuro imediato.

Eris admite que o País tem a perder se não chegar a um acordo com os bancos. Mas lembra que os bancos, da mesma forma, também têm interesse em negociar. Trata-se de encontrar uma solução que agrade a ambos.